

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica

JOÃO BATISTA GONÇALVES

**Etnoterritorialidade e a homologação da Terra Indígena Morro dos
Cavalos**

FLORIANÓPOLIS-SC
Fevereiro de 2015

JOÃO BATISTA GONÇALVES

**Etnoterritorialidade e a homologação da Terra Indígena Morro dos
Cavalos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Catarina, como
parte das exigências para obtenção de Licenciado
no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do
Sul da Mata Atlântica.

Orientador: Prof. Msc. João Rivelino Rezende Barreto.

FLORIANÓPOLIS-SC
Fevereiro de 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 09 horas do dia 09 de fevereiro de 2015, na **Terra Indígena Morro dos Cavalos**, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor , Orientador, **João Rivelino Rezende Barreto**, Titular da Banca, **Maria Dorothea Post Darella**, e, **Helena Alpini**, Suplente, designados pela **Portaria nº.24/HST/2015**, do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o **Trabalho de Conclusão de Curso** do acadêmico **João Batista Gonçalves**, subordinado ao título: **Etnoterritorialidade e a homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Orientador, **João Rivelino Rezende Barreto**, a nota final **9,0**, da professora **Maria Dorothea Post Darella**, a nota final **9,0**, e da professora, **Helena Alpini**, a nota final **9,0**; sendo aprovado com a nota final **9,0**. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Terra Indígena Morro dos Cavalos, 09 de Fevereiro de 2015

Banca Examinadora:

Prof. 

Profa. 

Profa. 

Candidato 



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata
Atlântica
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) João Batista Gonçalves, matrícula n.º11100064, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Etnoterritorialidade e a homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 19 de março de 2015.


Orientador(a)

Aos meus filhos e esposa Luciana Moreira (in memória)

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por me dar a força para continuar no curso, mesmo depois do falecimento da minha esposa de quem jamais esquecerei; em segundo lugar aos meus filhos, Adilson César Gonçalves e Yasmin Moreira Gonçalves, que sempre me deram forças para continuar estudando.

Minha sogra Sônia Moreira e sua filha Marcelina Moreira que assumiram o papel de mãe para minha filha depois do falecimento da minha esposa.

Ao Senhor Alcindo Wherá Tupã Moreira, que sempre me deu assistência na cura, uma vez que é reconhecido como um grande líder espiritual e todas as pessoas que o acompanham na aldeia M'biguaçu.

À cacique da comunidade senhora Eunice Antunes Kerexu, que sempre me deu apoio e tem confiança no meu trabalho.

Aos moradores da aldeia Morro dos Cavalos e parceiros da luta pela causa indígena na região, Maria Dorothea, Helena Alpini, Ana Luzia, Clovis, Osmarina, Maria Inês Ladeira, Clarissa Mello, FUNAI, CIMI e a todos meus colegas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Ao professor Lucas Reis Bueno, e toda a equipe de Coordenação da Licenciatura Indígena, Ariana, Murilo, Juliana.

Ao professor João Rivelino Rezende Barreto, que me orientou e ajudou no que foi necessário na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, a todos os guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

Lei é Lei e eu sou uma pessoa confiante, penso que quem está lá em cima tem que cumpri-la e nós devemos estar atentos para mostrar para eles que conhecemos a lei e exigir nossos direitos. Eu conversei com o ministro Tófolli e conheci o Zavaski, eles já me conhecem.

Cacique Eunice Kerexu

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como meta de reflexão a situação em que se encontra a Terra Indígena Morro dos Cavalos com a demora da homologação mesmo já tendo sido identificada no ano de 2002. A partir disso, se descrevem os valores culturais e a importância da terra para os guarani a partir do ponto de vista da aldeia *Itaty* Morro dos Cavalos. Contudo, pretende-se com isso apresentar a importância da homologação dessa terra demarcada para os guarani, ao mesmo tempo mostrando que a vida guarani não está apenas nas danças, pinturas, rituais, curas, mas também em conexão com a terra.

Palavras-Chave: Morro dos Cavalos, Terra Indígena, homologação.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1: Aldeia Itaty Morro dos Cavalos.

Foto 2: Fogo Sagrado

Foto 3: Escola *Itaty*

Foto 4: Casa de Reza

Foto 5: Atividade cultural na casa de reza

Palavras em Língua Guarani

Ita: pedra; *Ty*: monte/ bastante. *Itaty*: bastante pedras.

Itaty: bastante pedras

Opy'i: casa de reza

Kuaa: saber

Ra'y: filho

Mirĩ: pequeno

Tatá: fogo

Marae'ỹ: sagrado

Kuaray Mirĩ: filho de sabedoria

Kuaray: Sol= filho do sol

Tatá marae'ỹ: fogo sagrado

Mbo'e: Ensinar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS	16
1.1 Construindo os dados e as unidades pessoais.....	17
1.2 Aldeia Itaty Morro dos Cavalos	20
1.3 Ações culturais na escola Itaty Morro dos Cavalos	24
1.4 Ações culturais na casa de reza (Opy).....	27
CAPÍTULO 2 – IMPASSES PARA A HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS	31
2. 1 Alguns dados da identificação da Terra Indígena Morro dos Cavalos.....	32
2.2 Elementos que dificultam para o processo de homologação.....	34
2.3 Mídia e terra indígena Morro dos Cavalos.....	37
Considerações Finais.....	41
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	43
ANEXO.....	44

TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS



Fonte: google Earth



Ilustração de João Batista Gonçalves

INTRODUÇÃO

Apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso em um contexto acadêmico requer um esforço duplo para quem é indígena porque envolve o exercício da tradução de uma língua (guarani) para a outra (portuguesa). É essa experiência que pude obter no decorrer da produção textual a partir daquilo que se vive no contexto aldeão, das experiências profissionais na escola, bem como o Tempo Universidade.

Essa formação acadêmica possibilitou-me ter duas experiências em que transito, muitas vezes, sem mesmo notar: a experiência no espaço acadêmico e a experiência reflexiva sob a cultura onde vivo ou sobre a realidade em que me encontro, onde temos desafios no dia a dia como guarani.

Creio que esse trabalho não aborda a temática em sua generalidade, muito menos quer esgotar o assunto em tela, mas o que apresento aqui é uma leitura de uma ótica guarani, ao mesmo tempo em que se procura questionar o porquê de tanta demora da homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

Vários são os fatores que impedem para que a homologação se concretize na Terra Indígena Morro dos Cavalos, até mesmo o próprio modo de compreender a realidade para cultura indígena por parte de quem não é indígena torna-se obstáculos. Isso porque muitas pessoas que não são indígenas e que porventura seus ancestrais chegaram um dia nessas terras, hoje Estado de Santa Catarina, Brasil, interpretam de forma preconceituosa, justamente porque não conhecem os valores culturais indígenas em seus respectivos aspectos.

Diante desse parâmetro é que no Capítulo I procuro apresentar os valores culturais vivenciados e desenvolvidos na Aldeia *Itaty* Morro dos Cavalos, pois, nada melhor do que

começar descrevendo a história pensando minha própria trajetória de vida na aldeia, as atividades na escola, as atividades na casa de reza, a relação das famílias com a escola e vice-versa, enfim, aquilo que costuma estabelecer a vida na aldeia enquanto guarani.

Esse exercício proporciona o conhecimento do ser indígena sendo estabelecido no dia a dia na aldeia, o modo de pensar, compreender, viver, articular e dialogar. Ao mesmo tempo possibilita para que os próprios guarani entendam melhor sua própria história e costumes culturais que precisam ser repensadas no dia a dia frente a muitos desafios, entre as quais a própria questão envolvendo a homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos. Em outras palavras, o que se entende é que a aldeia tem que estar fortalecida com seus próprios valores culturais, justamente para ter mecanismos que sustentem o porquê da importância de uma demarcação de terra indígena.

Esse exercício é justamente para entender que o fortalecimento interno de uma cultura local obviamente vai trazer um bom reflexo para o diálogo com o sistema governamental, mas só isso não basta para os indígenas, em certo momento, é necessário ter uma formação para entender melhor a regência da lei federal, especificamente a própria Constituição Federal de 1988, entre outras garantias. Por esta razão é que no caso o Capítulo II, mesmo que parcialmente, procura descrever o histórico envolvendo a demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos, as atividades realizadas pelos especialistas, as pessoas envolvidas nesse propósito. Além disso, apresento também os conflitos existentes, como a própria mídia catarinense, enfim, as divergências que pairam no dia a dia seja em nível das mídias, das pessoas que moram dentro da terra indígena e que não são indígenas. Procuo apresentar o porquê de tanta demora para homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

Certamente, esse exercício acadêmico que resulta como Trabalho de Conclusão de Curso pode não ter grande relevância pela própria dificuldade que tive para desenvolvê-lo,

mas me sinto satisfeito por ter conseguido apresentar o que penso, entendo, vivo e o que os meus parentes também acreditam que seja o caminho para alternativas que condicionem melhores oportunidades em nossa aldeia. Essas oportunidades são justamente o contato com a escola, com as universidades. Mas entendendo que por esse motivo passamos a ser mais cobrados, a responsabilidade para a continuidade de uma cultura local passa a ser como parte do que aprendo na universidade em diálogo com a aldeia. Dessa forma, nossos líderes na aldeia passam a ter outra visão em relação a nós que estudamos, fazemos cursos, somos professores. Estou confiante de que, de certo modo, meu trabalho vai contribuir para outros parentes meus possam ter contato com o que produzi e a partir disso fortalecerem cada vez mais os nossos ideais no que envolve a cultura e o ser guarani. É importante para nós a vida da nossa cultura, e a vida da nossa cultura se inspira pelos valores da tradição guarani em conexão com a vida da natureza da terra.

Vale ressaltar ainda que foi muito difícil produzir esse trabalho, primeiro porque não tenho domínio na escrita técnica como exige as normas acadêmicas, segundo porque o nosso sistema de transmissão de conhecimento sempre foi oral, mas que agora começa a dar novos passos com a produção da escrita, seja em Língua Guarani ou em Língua Portuguesa. A princípio, não sabia por onde começar, como escrever, enfim, buscar dados que proporcionassem para o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso. Creio que tenho conseguido alcançar meus objetivos acadêmicos a partir do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, ao mesmo tempo sinto que agora tenho mais mecanismos para continuar contribuindo na minha aldeia, bem como para fortalecer a discussão sobre a importância de continuarmos lutando para que em breve a nossa Terra Indígena Morro dos Cavalos possa finalmente ser homologada.

CAPÍTULO I - TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS

1.1 Construindo os dados e as unidades pessoais

Sou João Batista Gonçalves, em Língua Guarani meu nome é *Kuaray Mirĩ* (filho de sabedoria, *kuaa*= saber, *ra'y*= filho). Nasci na Terra Indígena de Ibirama SC¹, em 1972. Meu pai se chama Roberto Gonçalves, tem mais de noventa anos. Minha mãe Natalina da Silva faleceu quando eu tinha dois anos de idade.

Somos em sete irmãos, sendo cinco irmãos do primeiro casamento (dois homens e três mulheres), e dois irmãos do segundo casamento do pai e hoje meus irmãos moram em diferentes lugares/aldeias. Depois do falecimento da minha mãe, eu e meu pai mudamos para o Rio Grande do Sul, onde ele trabalhou na lavoura dos fazendeiros daquela região e assim encontrou condições financeiras para nos sustentar.

Fui criado por várias tias, só me lembro de um dia quando meu pai disse que naquele dia fiz sete (07) anos de idade. Desde então, ajudava meu pai no trabalho na lavoura, assim como aprendi a fazer artesanato com ele, através da observação. Aos 13 anos de idade eu já era independente, fazia artesanato e trabalhava na lavoura dos brancos. Foi assim que eu cresci e morei no Rio Grande do Sul até 27 anos de idade.

Em 2000, retornei para o Estado de Santa Catarina, precisamente para morar na Aldeia *Itaty*, Terra Indígena Morro dos Cavalos, Município de Palhoça - SC. Mas antes de vir morar em definitivo tinha vindo conhecer pessoalmente a Terra Indígena Morro dos Cavalos, fato que me fez gostar do lugar e projetar novos planos de vida, assim como passei também a estudar na escola da aldeia e meu interesse pelos estudos passaram a fazer parte dos meus planos profissionais. Isso mostra que o acesso escolar foi tardio, inclusive foi só no ano de

¹ Nome atual: Terra Indígena Ibirama LakLãnõ. Localização: Alto Vale do Itajaí/SC.

2000 que comecei a estudar pela primeira vez na Escola Indígena de Ensino Fundamental *Itaty* da aldeia, matriculando-me no Centro de Educação de Jovem e Adulto (CEJA). E ensino escolar era na Língua Portuguesa, isso envolvendo leitura e escrita, até então nunca tive aula na língua guarani; mesmo assim, aprendi a ler e escrever sozinho na língua guarani.

Mas, sou falante da Língua Guarani, e o desafio era como escrever tecnicamente, aliás, procurei ilustrar o que falava conforme a nossa verbalização linguística, sem muito me preocupar como se deve escrever com normas técnicas. Essa preocupação é mais da responsabilidade dos linguistas e pesquisadores, visando o lado mais técnico e científico. Nós Guarani, pelo contrário, não temos a preocupação com hábito de observação técnica sobre aquilo que nós falamos, assim entendemos que preservando a nossa língua estamos immortalizando uma língua tradicional de nosso povo que traz um caráter específico, enfim, a concretização de uma cultura chamada guarani.

Esse esforço foi muito importante, pois, ao mesmo tempo em que aprendia a ler e escrever em Língua Portuguesa me preocupava também em aprender a escrever em Língua Guarani. Enquanto aluno escrevendo em Língua Portuguesa, sentia muitos obstáculos, as ideias não vinham, parecia que a produção do meu texto não fluía. Em contrapartida, enquanto Guarani, ou melhor, escrevendo como guarani e em língua guarani sentia-me mais a vontade. E minha vontade de estudar era maior, fato que me possibilitou a prosseguir nos estudos completando o Ensino Fundamental e o ingresso ao Ensino Médio no Magistério.²

² O curso de Magistério foi criado para formar professores indígenas para lecionar da primeira à quarta série do ensino do fundamental pelo MEC e seus parceiros que firmaram em 2004, o Protocolo Guarani, que possibilitou a um professor a um professor iniciar o curso em Santa Catarina e concluí-lo no Espírito Santo, e foi assegurada pelas secretarias de educação dos cinco estados que integraram o protocolo. O curso foi até 2008, e foi realizado em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai com as secretarias estaduais de educação de cinco estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo) e com o povo guarani-mbya. Fonte: <http://portal.mec.gov.br> (acessado em 27/02/15).

Depois de três anos de estudos no Centro de Educação de Jovem e Adulto (CEJA), comecei a trabalhar na sala de aula como intérprete da Língua Guarani do professor que atuava na Terra Indígena e que não era indígena. Minha presença na sala de aula era uma necessidade, porque, as crianças não entendiam a Língua Portuguesa, por este motivo os pais dos alunos se preocuparam no aprendizado dos filhos na escola. Na verdade, os pais tinham razão, porque, ao mesmo tempo em que se preserva uma cultura tradicional é importante que os alunos guarani tenham acesso ao ensino regular, para assim poderem pensar melhor sua própria cultura. E, portanto, como eu já tinha concluído a 8ª série fui designado pela comunidade para acompanhar o professor, que era um não indígena, na sala de aula.

Essa superação frente a vários desafios e o interesse pelos estudos proporcionou-me ainda a conseguir uma vaga para cursar o Magistério, quando as inscrições para o referido curso foram abertas no final de 2003. Tratava-se de um curso de Magistério específico para Formação de Professores Bilíngues Guarani (*Kuaa-Mbo'e*: conhecer e ensinar). Como na ocasião estava acompanhando os trabalhos escolares na comunidade, tive aval das lideranças locais para participar do curso, e assim fui indicado para fazer a inscrição e conseqüentemente fazer o curso de Magistério Guarani. Com muita dificuldade consegui concluir o curso, assim como pude qualificar a minha formação para melhor atuar na minha aldeia, mesmo assim sentia que precisa continuar com a formação, aliás, é preciso estarmos sempre em formação contínua, seja estando em formação acadêmica, assim como atuando em sala de aula ou em atividades em nossas comunidades de base.

No final de 2010, iniciou-se um novo desafio quando participei do vestibular para cursar a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina, e tendo conseguido uma classificação boa passei então a fazer parte do grupo de Kaingang, Xokleng e Guarani, alunos indígenas que iniciaram o curso no ano de

2011. Desde então passei a ter nova experiência profissional, a de ser professor bilíngue em minha comunidade e acadêmico da Licenciatura Indígena na Universidade Federal de Santa Catarina. A questão é que cada dia somos envolvidos a novos desafios, e precisamos estar a par disso para melhor atuar em nossas comunidades como professores e lideranças indígenas.

1.2 Aldeia Itaty Morro dos Cavalos



Aldeia Itaty Morro dos Cavalos. **Foto (1):** João Batista Gonçalves

A Aldeia *Itaty* Morro dos Cavalos está localizada no Município de Palhoça, centro Sul do Estado de Santa Catarina, situada na margem esquerda da BR-101, no km 233. Tem uma população de aproximadamente 100 pessoas e 32 famílias.

A extensão de área na Terra Indígena Morro dos Cavalos é de 1988 hectares, tendo como limites: norte, Rio do Brito; sul, Rio Massiambu; leste, uma parte chega na praia em Araçatuba, e para oeste, o rio Maciambú Pequeno e encosta no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

No que se refere a impactos culturais no Morro dos Cavalos é a ausência de captação da água e a rodovia BR 101 que corta a Terra Indígena. A captação da água fica do outro lado da aldeia, o problema, não é a falta de água, e sim a presença dos não indígenas (“brancos”) que causam obstáculos, inclusive costumam cortar o cano de água que abastece todas as casas da aldeia. E a outra, é o barulho dos carros que trafegam a rodovia, em geral o barulho gerado pelos carros que trafegam na rodovia é dia e noite, não se têm um silêncio necessário na área. Esse incômodo acaba afetando as atividades escolares, pois os professores e alunos dividem as atividades em sala de aula com os barulhos dos carros na rodovia.

O abastecimento da água na aldeia se torna problemático na medida em que a proximidade dos não indígenas é constante nessa área indígena. O não indígena, no caso, encontra um meio para criar implicância com os índios Guarani que vivem no Morro dos Cavalos. Por outro lado, as pessoas que trafegam com seus veículos na rodovia, principalmente aqueles ligados à grandes empresas, criam uma conspiração contra os indígenas classificando-os como uma causa de obstáculo para o desenvolvimento econômico na região.

É em meio a essa situação que nós índios Guarani continuamos construindo a nossa vida e nossa cultura local. O lugar não é plana. As casas também não estão em um único lugar. Como a área não é plana as famílias construíram suas casas em lugares íngremes. No tempo de verão o lugar é mais agradável, os caminhos que dão acesso de uma casa para outra são limpos, assim como o interior das casas também são bem conservados, mesmo que as famílias não tenham condições financeiras suficientes para construírem uma casa com as melhores condições estruturais.

O problema é no tempo do inverno. Pelo fato da aldeia não ter uma infraestrutura, acaba sofrendo com as consequências causadas pela chuva quando os caminhos que dão acesso a outras casas ficam comprometidos. Não vem a ser o caso de acontecerem erosões ou desabamentos, mas que são dominados pela lama pelo fato dos caminhos serem de argila. Assim ao passo que caminhamos na aldeia as solas dos calçados vão acumulando o barro, além disso, o caminho que dá acesso à Casa de Reza acaba sendo de difícil acesso.

Ainda no período de inverno as necessidades das pessoas na aldeia são grandes, uma vez que faltam agasalhos para muitas famílias. Mesmo assim, cada família estabelece uma estratégia para viver, principalmente para se aquecerem no frio. O fogo, no caso passa a ser de suma importância, tanto para o aquecimento durante o período da friagem, assim como no dia a dia da comunidade. Geralmente, nas aldeias guarani o fogo tem um significado muito importante, simboliza a união, persistência, perseverança, enfim, o sentido da preservação e aquecimento aos valores culturais guarani, com sua história e tradição.

Fogo sagrado na casa de reza



Foto (2): João Batista Gonçalves.

A Aldeia *Itaty* Morros dos Cavalos continua existindo na medida em que seus membros se fortalecem a cada dia, mesmo que as opiniões contrárias a esse povo de cultura e história milenar continuem existindo em diversos âmbitos, sejam institucionais ou pessoais. São desafios que não são de agora, pelo contrário, isso vem acontecendo há muitos anos. Uma situação de incompreensão por parte de alguns não indígenas com os valores da cultura Guarani.

Contudo, os valores culturais guarani que entendemos envolve muitas coisas, entre os quais, o próprio lazer dos homens, das mulheres, dos jovens e das crianças. Quando os homens fazem algum planejamento, todos participam nas atividades quando é possível, nos mutirões da comunidade, mas tem a sua atividade individual que são artesanatos, quando não trabalha fora da aldeia. As mulheres têm associação chamada *kunhangue rembiapo* (trabalho das mulheres). É um trabalho coletivo, quando surge um projeto para elas. Tem reuniões só para mulheres, então elas se unem para executar alguns tipos de trabalhos como cestaria, colares, brincos. As mulheres saem mais para fora da aldeia para vender artesanatos, e as crianças acompanham as mães quando vão a para cidades de Florianópolis e para Balneário Camboriú. Enquanto que os jovens participam de todas as atividades, além de tecnologia que está avançando na comunidade. Não deixam de praticar a língua falada, a dança tradicional, participam na casa de reza, além do esporte. Enquanto que as crianças gostam de participar de todas as atividades, mas não é por obrigação e sim por vontade própria da criança. Os espaços onde as crianças brincam são as casas, o pátio da escola, além dos mesmos se comunicarem na língua no dia a dia, e a língua escrita se usa somente na sala de aula. Isso é a vida sendo constituída diariamente pelos Guarani.

1.3 Ações culturais na escola *Itaty* Morro dos Cavalos

Vista parcial da Escola *Itaty* Morro dos Cavalos.



Foto (3): João Batista Gonçalves

Tendo apresentado a aldeia *Itaty* anteriormente, passaremos agora a falar das atividades desenvolvidas na Escola Indígena de Ensino Fundamental *Itaty* que, numa tradução livre, significa monte de pedras ou lugar onde tem bastante pedras.

Essa escola está dentro da aldeia, portanto, situada próxima à Rodovia BR-101 a 50 metros. Possui 3 salas de aula, 2 banheiros, 1 cozinha, 1 sala de informática. A biblioteca fica numa sala de aula. Na verdade não se trata de uma biblioteca de grande porte, é um lugar que os professores, juntamente com a direção e comunidade, conseguiram organizar para guardar alguns materiais didáticos para que os alunos tivessem acesso.

As aulas funcionam em três turnos, isto é, matutino, vespertino e noturno. Pela manhã estudam alunos que estão no 4º 5º ano juntos numa sala; de 6º ao 9º anos na outra sala. No período vespertino entram em atividade os alunos do 1º ano numa sala separada e alunos do 2º e 3º anos juntos. Ressalta-se ainda que a nova escola *Itaty* foi inaugurada no dia 2 de outubro de 2002. Além disso, no início do ano de 2014, por exemplo, as atividades escolares

começaram com 45 alunos e terminaram com 30 alunos mais ou menos, por motivos de desistências e alguns por deslocamento de aldeia para outros.

Com exceção da diretora que não é indígena, os demais professores todos são guarani, com total de seis professores. Todos tiveram uma formação para assumirem essa função na aldeia, e continuam obtendo uma formação qualificada em várias oportunidades que surgem ou são disponibilizadas pelas instituições governamentais. Assim como são articuladas pelas lideranças locais através de convênios com a Funai, Secretario de Educação (Municipal e Estadual).

No período noturno se desenvolvem na escola atividades com duas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), séries finais do Ensino Fundamental, e séries iniciais do Ensino Médio. Em geral, são atividades escolares desenvolvidas dentro da aldeia ou que procuram dialogar com o que se vive na aldeia culturalmente. Destarte, o método de ensino que se adota na escola é em consonância com as atividades culturais desenvolvidos na aldeia. Os alunos de séries iniciais do Ensino Fundamental, 1º ao 3º anos, são alfabetizados em Língua Guarani. Ao passo que, a partir do 4º e 5º anos, isso nas séries iniciais do Ensino Fundamental ainda, são alfabetizados em Língua Portuguesa.

Essa consonância entre as atividades da escola e as atividades de vida cultural na aldeia tem funcionado bem, satisfazendo tanto a parte dos professores e direção, tanto a comunidade em geral. Uma vez que as atividades da comunidade durante a semana estão conectadas às atividades da escola na aldeia, as crianças logo seguem a programação estabelecida para a sala de aula, assim como o dia a dia com as famílias. Nesses termos, as crianças, adolescentes, jovens e adultos participam das atividades escolares em turnos específicos e de acordo com sua idade, tempo e espaço.

Embora a escola estabeleça as atividades em turnos, muitas crianças não seguem especificamente o turno em que estão matriculados. Assim, por exemplo, os irmãos menores geralmente acompanham os irmãos maiores na escola pela manhã e vice-versa, mesmo que não estejam matriculados na escola, mas simplesmente porque participam das atividades, entre os quais lanche. De outro modo, aqueles que estudam à tarde seguem com seus irmãos que estudam na parte da manhã, assim como aqueles que estudam pela manhã seguem para escola na parte da tarde. Trata-se de um acesso livre em ambiente escolar, precisamente como extensão de uma atividade educacional da aldeia para a escola.

Em outros momentos, precisamente quando não estão em sala de aula, as crianças costumam acompanhar as mães quando estas vão vender artesanatos na cidade, nesse caso não vão à escola. Outras vezes os irmãos maiores cuidam dos irmãos menores nas casas dos seus familiares na ausência dos pais. Nesse caso, a produção de artesanato é um meio para comercialização com os não indígenas. Mesmo que não tenha um valor alto, a venda possibilita a aquisição de produtos industrializados para o consumo das famílias na aldeia. Assim, costumam adquirir alimentos e roupas com o recurso que vem da comercialização do artesanato.

Contudo, a Língua Guarani é falada diariamente pelas famílias, assim como na escola. Desta forma, a comunidade encontrou um meio para continuar preservando a língua materna. Atualmente os professores são guarani, exceto a diretora que não é indígena. Além disso, toda atividade escolar procura trabalhar de acordo com as questões culturais guarani, envolvendo nomes de animais, lugares, histórias, ao mesmo tempo em que ensina a escrever, ler em Língua Portuguesa pensando justamente no aluno que precisa ter uma formação tanto do ponto de vista e valores culturais, assim como para sua própria convivência com o contexto não indígena.

1.4 Ações culturais na casa de reza (Opy)

Casa de reza (*opy*) da aldeia *Itaty*



Foto (4): João Batista Gonçalves.

Outro espaço importante é a Casa de Reza (*Opy*) que se destaca na aldeia pela representação cultural e simbologia guarani, em especial o fogo no centro da Casa de Reza. Para os alunos, as atividades desenvolvidas na Casa de Reza, fazem parte da vida na medida em que os mesmos participam em todos os encontros dessa natureza, com rituais, danças e cerimônias. Além disso, como se nota na imagem 5 abaixo, os alunos costumam participar do encontro na Casa de Reza junto com os professores de arte, assim realizam danças, cantos em guarani, além de desenvolverem confecções de artesanatos e armadilhas.

Professores e alunos na casa de reza



Foto (5): João Batista Gonçalves.

Em prática, na aldeia *Itaty* Morro dos Cavalos não tem rezador que é o responsável direto para dirigir as cerimônias quando articulado pela comunidade, sendo assim, é chamado ou convidado um rezador de outra aldeia guarani para fazer cerimônia, batismo e cura.

A casa de reza representa a cultura guarani. A maioria das aldeias tem essa casa. Poucos são rezadores que fazem curas. Sempre que é possível a comunidade organiza um evento maior com convidados de outras aldeias, mas no dia a dia a própria comunidade organiza para as pessoas que moram naquela localidade. Portanto, é uma atividade realizada de forma restrita para a comunidade, e em outros momentos é uma atividade aberta para outras comunidades, inclusive aberta também para as pessoas que não são indígenas. Nesse caso, é estabelecido uma taxa simbólica, só para os que não são indígenas, para ajudar nos custos da organização de cada cerimônia, e quando o valor das taxas é significativo passa a ser compartilhado na comunidade através de alimentos e outros benefícios.

Geralmente, quando o evento na Casa de Reza é de grande número envolve o consumo de Ayahuasca, especificamente nas aldeias M'Biguaçu e Morro dos Cavalos. Destacamos as duas aldeias, porque, são as duas comunidades que mais organizam esses tipos de rituais

envolvendo o consumo de ayahuasca (bebida medicinal) outras aldeias não praticam desta forma ou as atividades na casa de reza se concentram sem a presença de ayahuasca (bebida medicinal). Por este motivo, existem certas críticas por parte das comunidades que não adotaram ou estabeleceram esse costume em relação às comunidades que adotaram esse ritual na casa de reza com o consumo de ayahuasca. Mas na compreensão do senhor Alcindo, da aldeia M'Biguaçu, “antigamente alguns guarani já tinham utilizado essa bebida ayahuasca, com o tempo foi esquecido um pouco, agora voltou a ser utilizado”.

Ainda do ponto de vista de atividade na casa de reza, geralmente se articula para estender o convite tanto na comunidade assim como para outras comunidades. Assim, dentro da comunidade, a participação é livre, depende de cada pessoa, não é uma obrigação também. Costuma-se organizar na casa de reza atividades que envolvem canto, assim como são verbalizadas as palavras religiosas da cultura guarani. No que se refere às palavras religiosas entende-se que são sagradas, portanto, são poucas pessoas que entendem sobre isso, pois, não se usam essas palavras sagradas no dia a dia, muito menos na escola, nem nas famílias. Essas palavras são utilizadas especificamente na casa de reza e no momento da oração.

Os dirigentes dessa atividade são conhecidos como *karai* (pajé/*opygua*). A atividade, mesmo não sendo obrigatória, é aberta para toda a comunidade. Envolve a participação dos pais, mães, filhos, crianças, jovens. Ultimamente começou a ser pensada para a participação de pessoas não indígenas nas comunidades, especificamente nas aldeias M'Biguaçu e Morro dos Cavalos. Os brancos geralmente comparecem quando é organizada uma atividade com a bebida ayahuasca e quando é aberto para pessoas de fora no caso, mas em certo momento não é aberto, portanto, nesse caso os não indígenas não participam.

A atividade na casa de reza tem uma finalidade muito particular da cultura guarani, ou seja, é o momento que proporciona a busca de proteção para toda a comunidade. É uma busca

de fortalecimento espiritual, assim como para equilíbrio emocional. Os mais velhos sempre falam que a casa de reza é um símbolo importante para uma aldeia guarani, portanto, torna-se uma obrigação uma aldeia ter essa casa, pois sem ela não tem fortalecimento da comunidade em geral. Essa é a compreensão dos mais velhos, uma compreensão que para os mais jovens vai ficando como exemplo dos mais velhos, assim como os mais velhos tem também a responsabilidade para repassarem essas informações e conhecimentos sobre os valores da casa de reza.

Hoje existem também conflitos e críticas. Uma das questões que levam a essas críticaS é justamente a falta de conhecimento e compreensão referente aos valores e sentidos específicos por parte de quem cria crítica. Mas que essas críticas não abalam os valores culturais guarani que é o mais importante em tudo que se vive, seja isso na escola, na aldeia assim como na casa de reza.

**CAPITULO 2 – IMPASSES PARA HOMOLOGAÇÃO DA TERRA
INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS**

2.1 Alguns dados da identificação da Terra Indígena Morro dos Cavalos

Terra Indígena Morro dos Cavalos



Fonte: Google Earth (acessado em dia 11 de dezembro de 2012)

Quando verificamos no mapa acima a linha vermelha que corresponde a área demarcada a partir dos laudos antropológicos, percebe-se que não se trata de uma grande área de uma terra indígena, aliás, o que mais incomoda é que tendo nós sido um dia os donos dessas terras agora lutamos para viver e ter espaços nela. É como se alguém tivesse invadido a sua casa e você lutar para morar na sua casa de sua propriedade, que tem sua história, que você construiu com suor e trabalho, e que outro simplesmente se apossa e ainda exige que você justifique para dizer que aquela casa é sua. Enfim, é o sistema do Estado que muitas vezes não compreende os valores das terras indígenas.

Em se tratando de dados que levaram à demarcação de terra entende-se que não foi uma atividade tão simples, pois foi preciso que houvesse uma concentração acerca disso tudo, a ponto de ter se constituído por décadas de lutas. Além disso, entre muitos interesses em jogo, as respostas alcançam aspectos administrativos, legislativos, judiciais, econômicos. No que envolve as questões administrativas a Funai continua fazendo a sua parte, uma vez que o

processo demarcatório, além das iniciativas e participação das comunidade indígenas interessadas, é de responsabilidade do órgão indigenista, justamente porque é ligado ao Ministério da Justiça.

Em um primeiro momento houve o trabalho desenvolvido por um grupo técnico que foi criado no ano de 1993 sob a coordenação de Wagner de Oliveira e que desse trabalho foi apontado 121, 8 hectares, de forma que esse resultado não foi aceito pela comunidade. Devido a não aceitação da comunidade nos laudos apontados em 1993, precisamente no ano de 2001, a Funai criou novo grupo técnico, agora coordenado por Maria Inês Ladeira, de onde constatou-se com os trabalhos conclusivos a dimensão de 1.988 hectares. Inclusive, dois anos depois, no ano de 2002, esse relatório circunstanciado foi aprovado pela Funai que publicou o resumo no Diário Oficial da União, mas foi só no ano de 2008 que o então ministro da Justiça assinou a Portaria Declaratória da Terra Indígena.

Os desafios que se assolam no momento como passos seguintes são: demarcação já realizada física, a desintrusão de não indígenas, (em efetivação) a homologação pela Presidência da República, o registro na Secretaria de Patrimônio da União e no cartório de Palhoça. A demarcação física já foi feita, mas conforme os relatos da Funai, por exemplo, marcos foram tirados no Maciambu Pequeno, e, que pelo o que reza a Lei, isso é crime. A retirada, a desintrusão das pessoas que não são indígenas, também está em processo com indenizações das benfeitorias para algumas pessoas. Mesmo assim, as pessoas ou maioria delas não quer ser indenizada, porque não aceita a demarcação.

De fato, precisamente são essas negações por parte das pessoas que recebem as propostas de indenizações para saírem da Terra Indígena é que são alguns dos obstáculos iniciais. Outro fator é a duplicação da rodovia BR 101 - trecho sul. Nesse caso entram ou surgem muitas contradições sobre os Guarani que são acusados como os que estivessem

impedindo a duplicação, ou que não queriam colaborar com a estrada e a economia. Diante desses desafios, surgiram outras propostas e que muito falou-se nos túneis e ultimamente na quarta pista, que agora ficou pronta para uso.

2.2 Elementos que dificultam para o processo de homologação

No ano 2000 Maria Dorothea Post Darella, Ivori Garlet e Valéria de Assis realizaram um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da duplicação da BR 101, trecho sul e apontaram muitas informações sobre a ocupação do Morro dos Cavalos.

Entre as acusações de moradores de Enseada do Brito de que os Guarani limitarão ou cortarão o uso da água para aquela comunidade, assim como informações de que viriam para Morro dos Cavalos de 5.000 a 15.000 indígenas do Paraguai e da Argentina, o que, diziam, seria motivo de grande preocupação para a redondeza. Assim como a produção significativa de mariscos na região faz as pessoas desconfiarem se a terra indígena vai prejudicar essa economia regional.

Além desses elementos, existem outros processos judiciais que tramitam, inclusive um que ainda tramita na Justiça Federal de Florianópolis, e que pedem a anulação do processo demarcatório. Esses processos são de pessoas contrárias à demarcação e que vivem ou são ligadas à Enseada do Brito, um bairro da cidade de Palhoça que fica próximo a aldeia Morro dos Cavalos e que entendem que o processo demarcatório é ilegítimo, sem qualquer validade e se dizem prejudicados com a demarcação.

No que se tem conhecimento, existem, portanto, as duas ações que estão no Supremo Tribunal Federal, a saber: uma da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina e outra de

peessoas contrárias à demarcação e a própria existência do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, bem como a posição contrária da Fatma à criação da terra indígena. Por outro lado, em Dezembro de 2013 e Março de 2014 o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, veio a Florianópolis na tentativa de avançar no entendimento e nas negociações da duplicação e da demarcação.

Segundo as informações da cacique Eunice Kerexu, o principal impasse que impede a homologação da terra indígena de Morro dos Cavalos foi a criação de uma portaria chamada **ACO Ação Civil Originária** n° 2323-janeiro/ 2014³. Diante disso, desde o início ou precisamente a partir do momento em que foi reconhecido como terra indígena, sem ainda ser homologada, os moradores que ficam próximos se manifestam contra a homologação e fizeram até documento para impedir o processo de demarcação.

Os próprios Guarani que vivem na aldeia Morro dos Cavalos, assim como de outras áreas da Terra Indígena em tela, passaram a ter conhecimento, através das lideranças locais, sobre a existência de vários processos que dificultam a homologação, e que passam a entender que envolve os processos políticos, os processos judiciais, além dos preconceitos e racismo.

Do ponto de vista de aspectos judiciais existem dois processos judiciais no Supremo Tribunal Federal a ACO 2323, distribuída para o ministro Teori Zavaski, de autoria do procurador do Estado que entrou com o pedido de anulação da portaria declaratória 771 do dia 18 de abril de 2008⁴. Nesse processo, o Estado questiona a originalidade dos Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos. Além disso, também usam um marco temporal dizendo que em 1988 não existia guarani aqui. A questão é que esse marco temporal tem como base de

³ <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/133265527/acao-civel-originaria-n-2323-do-stf>(acessado em 29/01/2015).

⁴ <http://campanhaguarani.org/morrodoscavalos/wp-content/uploads/2014/03/Cronologia-TI-Morro-dos-Cavalos-27-03-14.pdf> (acessado em 29/01/2015).

informação o ano em que foi aprovada a Constituição Federal (1988). Esta ideia traz preocupações em nível interno das terras indígenas inclusive, pois, estão sendo questionadas todas as demarcações de terra no Brasil.

Outro processo é um mandado de segurança feito por dois moradores da Enseada de Brito, com um pedido para negar a homologação da terra encaminhado inclusive para o Supremo Tribunal Federal, precisamente ao Ministro Dias Tófolli. De forma que buscaram uma inspiração nos mesmos argumentos do governo do Estado de Santa Catarina, mas esta já foi negada pelo ministro e foi para a 6ª Câmara do Ministério Público Federal. Diante disso, as lideranças locais estão confiantes nos processos que tramitam junto as instituições federais, como afirma a cacique Eunice Kerexu⁵: “lei é lei e eu sou uma pessoa confiante, penso que quem está lá em cima tem que cumpri-la e nós devemos estar atentos para mostrar para eles que conhecemos a lei e exigir nossos direitos. Eu conversei com o ministro Tófolli e conheci o Zavaski, eles já me conhecem”.

A questão é que tudo isso envolve os processos políticos, os prefeitos, governador, deputados, bem como os empreendedores que, em geral, estão por trás dessas ações que conflitam ou que impedem a homologação em efetivo. Falam da terra indígena, criticam ou apresentam argumentos em vista de interesses particulares, “o prefeito de Palhoça nunca apareceu aqui na aldeia, mas fala dos índios a mesma história de sempre e ao mesmo tempo culpa os indígenas pelos seus próprios interesses” (Cacique Eunice Kerexu).

A resistência por parte dos não indígenas para a homologação da terra indígena é tanta que causa perplexidade, como é o caso do prefeito da Palhoça Pitanta que ocupou o cargo

⁵ Eunice Antunes Kerexu. Cacique da Terra Indígena Morro dos Cavalos, aluna do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul Mata Atlântica da Universidade Federal de Santa Catarina. A entrevista foi cedida no dia 26 de Dezembro de 2014, na aldeia Itaty Morro dos Cavalos.

interinamente, que “teve a maior cara de pau pra falar ao Ministro da Justiça dizendo que nós iríamos corta, a água deles” (Cacique Eunice Antunes kerexu). Esse tipo de justificativa não tem cabimento, afinal,

Eles que cortaram nossa água e que ele nunca fez um trabalho de saneamento básico em Enseada do Brito, a não ser campanha, os esgotos de lá estão a céu aberto, correndo tudo para o mar onde existe a criação de marisco, é a maior nojeira, só estou falando isso para você ter uma noção do absurdo desses políticos. (Cacique Eunice Kerexu). Dia 26 de dezembro de 2014 em Morro dos Cavalos.

Como se nota, existe uma série de situações que impedem ou dificultam o processo da homologação em definitivo. Existem muitos interesses particulares por trás de algumas autoridades, dos políticos, enfim, envolvendo ainda questões financeiras que acabam embargando muitas coisas. Assim, as pessoas que são contra a homologação da terra indígena não são também pessoas de condições mínimas e sim proprietários de diversos tipos de empreendimentos, são empresários e de outros ramos de negócios.

2.3 Mídia e terra indígena Morro dos Cavalos

Afirmamos anteriormente que existe uma série de situações que impedem a homologação da terra indígena Morro dos Cavalos. Uma delas é a mídia. Não é de hoje que os indígenas são “bombardeados” com séries de acusações sem fundamentos, e que trazem informações sem no mínimo terem ouvido os indígenas.

Algumas vezes já estiveram na aldeia alguns jornalistas para fazer entrevistas com os moradores e lideranças locais, mas que sempre publicam informações distorcidas, ou seja, não publicam realmente o que as pessoas falaram durante a entrevistas, e assim com informações

inconsistentes que saem da mídia (como Diário Catarinense, por exemplo), a culpa acaba sendo ligada aos indígenas por parte dos empresários, políticos e os outros interessados envolvidos em seus próprios interesses.

Assim, surgem séries de processos que na verdade se fundamentam em questões preconceituosas e racistas. Em outras palavras, temos uma sociedade que finge acreditar nessas histórias porque existem mídias que veiculam informações distorcidas sobre a realidade indígena em seu contexto interno.

Na verdade, a mídia em si é um veículo de comunicação que leva informações para a população, agora quando existem interesses por parte de alguns políticos que estão por trás das câmeras e que pagam ou compram os jornalistas de televisão e jornais já perdem totalmente o valor e significado da mídia, ou seja, já perdem a ética de profissão e são manipulados e manipulam inverdades. O pior é que a justiça fecha os olhos para esses crimes e acaba praticando outro crime que é bem óbvio, o crime de racismo. Digo racismo por que eles sabem o que estão fazendo, mas a sociedade que desconhece a nossa realidade acaba acreditando em tudo o que a mídia veicula, o resultado disso são os preconceitos contra os indígenas. E se existem essas questões preconceituosas obviamente que acabam envolvendo muita coisa acerca disso, principalmente criando obstáculos para a homologação da Terra Indígena.

É importante salientar que as lideranças locais da Terra Indígena, além de instituições parceiras como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e CIMI (Conselho Indigenista Missionário), lutam pela homologação da terra indígena amparados pela lei, portanto, não existe uma invenção de história acerca disso tudo, assim existem documentos que comprovam essa garantia, bem como é do conhecimento dos ministros. Na prática só falta a boa vontade

da Presidente da República, Dilma Rousseff, para assinar a homologação, uma vez que a mesma tem esse conhecimento.

As terras para os Guarani não são uma questão de ambição para fins lucrativos como pensam os ruralistas, mas sim a vida da natureza que proporciona espaço, tempo e vida diária na aldeia. Em geral, a demora pela homologação da terra indígena cria uma incerteza da vida cultural nas aldeias guarani que passam a ser vítimas. Essa incerteza acaba afetando desde os mais velhos que resistem em manter a cultura, língua e crença; os jovens, adultos que são novos articuladores da tradição cultural guarani em massa; as nossas crianças que estão nas aldeias hoje e outras que vão nascendo.

É difícil hoje na terra indígena, e dá um aperto no coração, ver que existem pessoas com mais de 100 anos, que tiveram seus filhos aqui no Morro dos Cavalos que sempre tiveram a esperança de que tudo iria melhorar e que um dia iriam ter condições para plantar sem mais serem incomodados pelos brancos, especificamente na certeza de estas terras sempre foram dos Guarani ou de outros povos indígenas na região, dependendo do lugar do qual estivermos nos referindo.

De outro modo, é muito triste ver também que os mais velhos da aldeia veem hoje seus filhos e netos nascidos na aldeia e que hoje são lideranças e que continuam ainda lutando pelos mesmos objetivos que os pais tiveram há muito tempo atrás, a fim de condicionar uma vida melhor na aldeia. Diante desses fatores, a cacique Eunice Kerexu tem a seguinte ideia,

Eu às vezes choro por que nossos velhos já estão indo embora sem ter este sossego, as lideranças não vivem suas vidas porque estão sempre lutando. Mas ao mesmo tempo tenho um grande orgulho, porque, quando vejo hoje alguém falando sobre a população indígena no Brasil, dizendo que o maior povo é o Guarani e que somos considerados o povo mais tradicional pela língua e pela crença. O fato é que só quem é indígena para saber destes sentimentos de tristeza e orgulho, pois, não conseguimos viver de maneira livre, somos torturados psicologicamente todo tempo, com ameaças, calúnias; e temos que estar também todo tempo contando quem somos e de onde somos. Sendo que esta pergunta é nossa, devemos

começar a questionar tudo isso e também perguntar, quem são vocês, de onde vieram, em que ano chegaram aqui? Agradeço por ter vindo me entrevistar, espero que tenha ajudado no seu trabalho e que o mesmo sirva de material de luta, pois é assim que o branco luta, com papel e com a escrita. *Ha'evete!* (Eunice Antunes, Morro dos Cavalos, 26 de dezembro de 2014).

Os fatos descritos acima não podem também ser vistos como pessimistas, de certo modo já temos apontamentos que vão se concluindo, entre as quais o reconhecimento, a declaração e a desintrusão da Terra com a resolução nº 229, de 07 de dezembro de 2012, DOU 12/12/12, seção 1, pg, 28. Além da própria presidência da Funai que pede a constituição da comissão de pagamento de benfeitorias aos moradores de boa fé, inclusive em julho de 2014 alguns moradores que não são indígenas mas que moram dentro da terra indígena receberam as indenizações, possibilitando assim para que os Guarani comecem a se articular na reocupação de uma parte das terras.

Desta forma, segue-se confiante para que a homologação da Terra Indígena Morro dos Cavalos se efetive neste ano de 2015. Mas, para que isso se concretize é necessário continuar pressionando os governantes, os empreendedores, os políticos, enfim, “soltar nosso grito de guerra”.

Considerações Finais

Diante da vida e da cultura local em desenvolvimento entende-se que é de suma importância realizar um trabalho que possa nortear para uma compreensão mais adequada sobre manutenção e preservação de uma Terra Indígena. Os desafios, geralmente, surgem de vários níveis sociais, entre os quais, a presença dos não indígenas em circunstância da terra indígena. Contudo, se torna um desafio não só para a manutenção das terras em si, mas para a própria cultura local.

Um contexto como o da Aldeia *Itaty* Morro dos Cavalos, tem sua importância devido à necessidade da valorização das terras que ainda temos e que precisa ser demarcada por razões de preservação da cultura guarani. A terra indígena Morro dos Cavalos tem 1988 hectares, sendo que a própria BR- 101 passa pela área indígena.

Os moradores não indígenas, em diversas circunstâncias, passaram a construir moradias, mesmo sabendo do aval do Ministério da Justiça que homologou a portaria Nº 771/2008 para a declaração da terra indígena de Morro dos Cavalos. Eles insistem com manifestações contra a demarcação.

Há várias razões para uma demarcação de terras indígenas, principalmente porque é a fonte da vida dos índios Guarani, assim como parte da história cultural. Esse lado cultural é que não é compreendido pelos não indígenas quando muitos afirmam que “tem muita terra para pouco índio”. Dessa forma, para um não indígena muitos casos a floresta ou a terra indígena é pensada como local de produção agrícola, por isso a necessidade do desmatamento.

Quando se fala que as nossas terras representam uma vida cultural para nós, não estamos afirmando por acaso ou por questões possessivas, mas por simples razão de que precisamos formular um ciclo de atividade como meio de sustentabilidade local. É o caso da parte que envolve o lado oeste da BR-101 onde há espaço mais adequado para plantações e coleta de matérias primas para produção de artesanato.

Em geral, essa terra indígena se divide por lugares diferentes, entre rios e oceano. Ao norte com o rio do Brito, ao sul o rio Maciambu Pequeno e o leste com uma parte que chega no Oceano Atlântico e oeste, o rio Massiambu Pequeno e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Precisamente na aldeia *Itaty* Morro dos Cavalos, que fica no leste, tem pouca caça, assim como as nascentes de água também. Por outro lado, ou seja, oeste, ocorre ao contrário, tem mais caça e nascentes de água, assim como ervas medicinais e frutas silvestres. É por meio dessas localidades que o povo guarani vive e mantêm a dinamicidade da aldeia em relação com a natureza, uma vez que nas nossas concepções tradicionais a natureza representa um meio de nosso conhecimento, pois é através dela que buscamos as nossas sustentabilidades e as curas.

Referência Bibliográfica

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. (acessado em 29 de Janeiro de 2015).

LADEIRA, Maria Inês et al. Estudo de Impacto Ambiental da duplicação da BR 101 (EIA, 2000).

Terra Indígena de Morro dos Cavalos. Relatório de Identificação e delimitação PORTARIA 838/PORTARIA/FUNAI/OUTUBRO 2001.

TERRA INDÍGENA GUARANI MORRO DOS CAVALOS. “TEKOA YMA”. Município de Palhoça-Santa Catarina. Relatório de Identificação e delimitação nº 838 PRES FUNAI/ BRASÍLIA, 16 de OUTUBRO 2001.

Sites acessados

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/133265527/acao-civel-originaria-n-2323-do-stf>(acessado em 29/01/2015)

¹ <http://campanhaguarani.org/morrodoscavalos/wp-content/uploads/2014/03/Cronologia-TI-Morro-dos-Cavalos-27-03-14.pdf> (acessado em 29/01/2015)

<http://portal.mec.gov.br> (acessado em 27/02/15).

- Cacique Eunice

- Karai Alcindo

ANEXO

IMAGENS DA CAMPANHA PARA HOMOLOGAÇÃO



15/11/2000

Aldeia Massiambu, 04 Dezembro 2000

Ilmo Sr. Marcos Paulo Feres Scheitino
 DEID - Departamento de Identificação e Delimitação
 FUNAI
 BRASILIA - DF

Prezado Marcos

Nós, caciques das comunidades do Massiambu, Morro dos Cavalos e Marangatu estivemos reunidos para discutir a proposta de demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos e Massiambu, a qual estamos encaminhando, conforme combinamos no mês passado, durante sua visita.

Em anexo estamos enviando o documento (cópia) encaminhado no dia 11 de julho de 2000, ao Ex-chefe do DEID, Sr. Vagner Coutinho. Reafirmamos aquela proposta e continuamos no aguardo dos encaminhamentos. Acrescentamos à aquela proposta mais alguns elementos que consideramos importantes sobre o uso da Terra:

- Atualmente usamos a terra para lazer, pesca, coleta de frutos do mar, como beringas, mariscos, etc;
- Usamos o rio Maniambu e Maniambu sequeno para pesca e lazer;
- Usamos as matas, em ambos os lados da BA 101, para coleta de material de artesanato, coleta de mel, frutos como jaboticaba e outras, Sipo, Iube; Ervas medicinais, canha, sagu e outras atividades;
- A água utilizada na aldeia Maniambu vem de fora dos 4,6ha de terra;

A
 Presidente Dilma Rousseff
 Palácio do Planalto—Praça dos Três Poderes
 CEP 70150-900—Brasília—DF

COLE
 O SELO
 AQUI

Senhora Presidente,

A sobrevivência física e cultural da comunidade Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada em Palhoça/SC, depende fundamentalmente da terra garantida. A sua homologação é o que vai garantir a retirada e o pagamento da indenização das benfeitorias aos ocupantes não indígenas e a ocupação definitiva da terra pelos Guarani, seus ocupantes tradicionais.

Portanto, demandamos que a homologação da Terra Indígena Morro dos cavalos seja assinada pela senhora.

Nada é mais importante do que a vida de um povo.
 Certo/a de sua atenção.

Nome: _____

Endereço _____

CONVITE



**LANÇAMENTO DA CAMPANHA PELA
HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA
MORRO DOS CAVALOS
DIA 25 DE MARÇO DE 2014
20 HORAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
AUDITÓRIO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT**

**O FUTURO DO POVO GUARANI
DEPENDE DA HOMOLOGAÇÃO
JUNTE-SE A NÓS NESSA CAUSA!**

Para informações
Fone: 48 3242 4426 (escola da aldeia)